

GUABIRUBA SANEAMENTO SPE S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

GUABIRUBA SANEAMENTO SPE S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Guabiruba Saneamento SPE S.A.
Guabiruba - SC

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Guabiruba Saneamento SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Guabiruba Saneamento SPE S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Guabiruba Saneamento SPE S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 17 de abril de 2025.

Ativo	Nota explicativa	2024	2023	Passivo	Nota explicativa	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	179	457	Fornecedores a pagar	11	1.970	635
Contas a receber	5	2.860	2.505	Arrendamentos a pagar	7	94	114
Adiantamentos a fornecedores		276	-	Salários e encargos sociais	12	590	636
Tributos a recuperar		112	81	Tributos a pagar	13	1.263	778
Estoques	6	110	111	Outros passivos	14	1.596	1.414
Outros Ativos		46	72				
Total do Circulante		3.585	3.226	Total do Circulante		5.514	3.577
Não circulante				Não circulante			
Direito de uso	7	106	246	Arrendamentos a pagar	7	-	94
Imobilizado	8	88	104	Tributos a pagar	13	941	1.361
Ativo de contrato	9	13.807	-	Provisão para contingências	15	8	101
Intangível	10	510	4.026	Partes relacionadas	16	150	113
Outros ativos		1	1				
Total do Não Circulante		14.512	4.377	Total do Não Circulante		1.099	1.669
				Patrimônio líquido	17		
				Capital social		1.800	100
				AFAC		7.550	1.900
				Reserva Legal		109	20
				Reserva de Lucros		2.026	336
				Total do Patrimônio Líquido		11.484	2.356
Total do Ativo		18.097	7.603	Total do Passivo		18.097	7.603

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota explicativa	2024	2023
Operações continuadas			
Receita líquida de serviços	18	8.695	7.734
Receita de construção		10.439	2.354
Custo dos serviços prestados	19	(3.498)	(3.777)
Custo de construção		(10.439)	(2.354)
Lucro bruto		5.198	3.957
Despesas operacionais			
Gerais e Administrativas	20	(1.372)	(1.805)
Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD")	4	(105)	(255)
Outras receitas (despesas) operacionais		17	32
Lucro operacional antes do resultado financeiro		3.737	1.929
Resultado financeiro líquido	21	(799)	(482)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.939	1.446
Imposto de renda e contribuição social	22	(1.160)	(781)
Lucro líquido do exercício		1.778	665

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.778	665
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente do período	1.778	665
Total do resultado abrangente atribuído aos:		
Acionistas	1.778	665
	1.778	665

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GUABIRUBA SANEAMENTO SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(EM MILHARES DE REAIS)

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total
Em 1º de janeiro de 2023	100	-	4	(313)	(209)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.900	-	-	1.900
Lucro líquido do exercício	-	-	-	665	665
Constituição de reserva legal	-	-	16	(16)	-
Em 31 de dezembro de 2023	100	1.900	20	336	2.356
Integralização de AFAC	1.700	(1.700)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	7.350	-	-	7.350
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.778	1.778
Constituição de reserva legal	-	-	89	(89)	-
Em 31 de dezembro de 2024	1.800	7.550	109	2.025	11.484

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do Exercício	1.778	665
Ajustes		
Depreciação	16	11
Amortização de intangível	265	102
Amortização de direito de uso	299	260
Juros de arrendamento mercantil	44	28
Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	105	255
	<u>2.507</u>	<u>1.321</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(461)	(1.217)
Adiantamentos a fornecedores	(276)	9
Tributos a recuperar	(31)	(81)
Outros ativos	26	(74)
Estoques	1	(111)
Fornecedores	1.335	212
Salários e encargos sociais	(46)	421
Tributos a pagar	65	88
Contingências	(93)	-
Partes Relacionadas	37	(381)
Outros passivos	180	1.212
	<u>736</u>	<u>78</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>3.243</u>	<u>1.399</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(1)	(23)
Adições ao ativo de contrato	(10.439)	-
Adições ao ativo intangível	(115)	(2.356)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	<u>(10.555)</u>	<u>(2.379)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de arrendamento	(316)	(502)
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.350	1.900
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>7.034</u>	<u>1.398</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(278)</u>	<u>418</u>
Variação no Caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	457	39
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	179	457
Variação no Caixa	<u>(278)</u>	<u>418</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações Gerais

A Guabiruba Saneamento SPE S.A. (“Guabiruba ou Companhia”) é uma controlada da Sul Concessões Participações S.A. (“Sul Concessões”).

A Companhia tem como principal objetivo a implantação, captação, operação e manutenção de serviços de abastecimento de água potável no Município de Guabiruba- Santa Catarina, em conformidade com a concessão, autorização e permissão outorgada.

O contrato de concessão pode ser assim sumarizado:

Município	Data de assinatura do contrato	Estado	Cronograma de vencimento	Prazo	Prazo restante(meses)
Guabiruba	30/04/2020	Santa Catarina	30/04/2050	30	303

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha em seu quadro de acionistas, Sul Concessões e Participações S.A. e a Atlantis Saneamento LTDA, (“Atlantis”) cada uma com 50% das ações.

Em 27 de fevereiro de 2023, a Sul Concessões adquiriu mais 22,75% das ações da SPE, passando a deter 72,75% de participação no seu Capital e assumindo o controle da Companhia a partir desta data.

Em 31 de julho de 2023, foi concluído o processo de aquisição e a Sul Concessões passou a deter 100% de participação no capital social da SPE.

2. Base para preparação das demonstrações e resumo das práticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (IFRS), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (*IFRS® Accounting Standards*)).

Essas demonstrações contábeis individuais estão sendo emitidas após sua aprovação pela diretoria em 17 de abril de 2025.

2.2 Base para preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

Continuidade Operacional

A Administração da Companhia, na data de aprovação das demonstrações contábeis, tem expectativa razoável de que possui recursos adequados para continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, foi considerada na elaboração das demonstrações contábeis a premissa de continuidade operacional da Companhia.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos na demonstração financeira da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico onde atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

2.4 Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas nas seguintes notas explicativas:

- [Nota explicativa 5](#) – Contas a receber (provisão para perdas de recebíveis);
- [Nota explicativa 8](#) – Imobilizado (depreciação pela vida útil)
- [Nota explicativa 10](#) – Intangível (amortização pela vida útil)
- [Nota explicativa 15](#) - Provisão para contingências (pareceres jurídicos)

3. Principais práticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 Contas a receber e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") e calculados com base na análise dos créditos e registrado no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas estimadas.

3.4 Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante.

3.4 Ativos financeiros e não financeiros

3.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.4.2 Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.4.3 *Impairment* de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas, somente se há evidência objetiva de perda após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e que estas perdas terão impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, tendo que ser este evento, estimado de maneira confiável.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, como para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3.5 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas e todos os outros reparos e manutenções, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil fiscal dos equipamentos.

As taxas de depreciação, baseadas nas vidas úteis dos ativos, utilizadas para o exercício corrente são as seguintes:

· Edificações	25 anos
· Móveis e Utensílios	10 anos
· Máquinas e Equipamentos	10 anos
· Veículos	05 anos
· Computadores	05 anos

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais", na demonstração do resultado.

3.6 Ativos intangíveis

(a) Sistema de Água e Esgoto

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 – Contratos de Concessão do IASB.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela concessão.

• Instalações	15 anos
• Equipamentos eletromecânicos	05 anos
• Redes	35 anos
• Hidrômetros	07 anos
• Tanques	10 anos

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela concessão (Nota 10).

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

3.7 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

3.8 Financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos financiamentos são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o financiamento seja sacado.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos doze meses após a data do balanço.

Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo intangível quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como custo no período que são incorridos.

3.9 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(ii) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

(iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixo (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

3.10 Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil.
- Perda possível: são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.

- Perda remota: são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável a geração de benefícios econômicos futuros e quando as obrigações de desempenho foram cumpridas, atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receita de serviços de água e esgoto

A receita de prestação de serviços de água e esgoto é reconhecida por ocasião do consumo de água e esgoto ou por ocasião de outras prestações de serviços. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas pelo valor justo a receber.

(b) Receita de construção

	2024	2023
Concessão - Ativo Intangível		
Receita/Custo de Construção	10.439	2.354

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos na formação da infraestrutura de cada contrato, determinado com base nos correspondentes custos de envolvimento na formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas (IFRIC 12 / ICPC 01 (R1) e OCPC 05).

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico IFRIC 12 do IASB e ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Contratos de Concessão, e não considera margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência.

Essa receita é reconhecida juntamente com os custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos em formação.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.13 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, considerando uma base de presunção de 32% da Receita Bruta recebida (Lucro Presumido).

3.14 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

(a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

i. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- . O direito da Companhia de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- . Se o direito da Companhia de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele;
- . A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a Companhia exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- . No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria Companhia, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Companhia.

ii. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia.

iii. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que a Companhia forneça certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

(b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- i. Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- ii. Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- iii. Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como a Companhia contabiliza o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

- iv. IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis, mas espera que não haja impactos significativos nas demonstrações contábeis como resultado da aplicação dessas normas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Banco conta movimento	72	25
Aplicação financeira	108	432
	<u>179</u>	<u>457</u>

As Aplicações financeiras de curto prazo são substancialmente, CDBs aplicados no banco Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil ("SICOOB") e rendem.

5. Contas a receber

	2024	2023
Contas a receber de clientes		
Serviço de água	2.832	2.357
Serviços incorridos e não faturados	297	323
(-) Arrecadação a discriminar	11	-
(-) Provisões estimadas de perdas	(280)	(175)
	<u>2.860</u>	<u>2.505</u>

A Companhia adota como política para provisão de perdas estimadas, faturas em aberto com mais de 360 dias para clientes privados e 720 dias para clientes públicos.

Movimentação da perda estimada de créditos de liquidação duvidosa:

	2024	2023
Saldo Inicial	(175)	(420)
Reversão da Provisão	17	510
Provisão	(121)	(265)
Saldo Final	(280)	(175)

A análise de vencimentos do contas a receber referente a 2024, está apresentada a seguir:

	2024	2023
A vencer	920	920
Vencidas		
Até 30 dias	243	206
De 31 a 60 dias	98	95
De 61 a 90 dias	68	57
De 91 a 180 dias	144	145
De 181 a 360 dias	253	187
Mais de 360 dias	1.105	747
Contas a receber de clientes	2.832	2.357

6. Estoques

	2024	2023
Tubos	51	51
Materiais	46	46
Hidrômetros	14	14
	110	111

7. Direito de Uso/Arrendamentos a pagar (IFRS16/CPC 06)

Os contratos arrendados são basicamente relativos à locação de máquinas e equipamentos pesados, veículos e computadores. A Companhia adotou como taxa incremental CDI + 9% a.a que foi a taxa de captação das debêntures de 2º emissão da controladora Sul Concessões.

Abaixo movimentação do direito de uso (ativo) e dos arrendamentos a pagar (passivo):

		Saldos em 31/12/2023	Adições	Saldos em 31/12/2024
Direito de Uso		506	159	665
Amortização		(260)	(299)	(559)
		<u>246</u>	<u>(140)</u>	<u>106</u>

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Apropriação de juros	Pagamento de principal + juros	Saldos em 31/12/2024
Arrendamentos a pagar	208	159	44	(317)	94
Passivo circulante	114				94
Passivo não circulante	94				-

8. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Saldos em 31/12/2023	Adição	Saldos em 31/12/2024
Custo				
Edificações	4%	3	-	3
Móveis e Utensílios	7%	1	-	1
Máquinas e Equipamentos	7%	81	1	82
Veículos	20%	1	-	5
Software	20%	32	-	28
		<u>118</u>	<u>1</u>	<u>119</u>
Depreciação				
Edificações		-	-	-
Móveis e Utensílios		-	-	-
Máquinas e Equipamentos		(11)	(12)	(23)
Software		(4)	(4)	(7)
		<u>(14)</u>	<u>(16)</u>	<u>(30)</u>
		<u>104</u>	<u>(15)</u>	<u>88</u>

Inventário Físico para fins de reorganização e avaliação patrimonial

Em abril de 2024, foi finalizado o inventário físico da Companhia que teve como data base dos trabalhos 31 de dezembro de 2023.

O objetivo do inventário foi a avaliação dos bens, cálculo das novas taxas de depreciação e amortização com base na vida útil dos Bens e a conciliação físico-contábil dos ativos, para a finalidade de reorganização patrimonial.

Diante disso, a partir de janeiro de 2024 as taxas de depreciação passaram a ser baseadas na vida útil dos ativos, não ocasionando, entretanto, efeitos relevantes nos resultados da Companhia.

Abaixo um comparativo entre as taxas:

Imobilizado	Taxas até 2023 (Base RFB)	Taxas a partir de 2024 (Vida Útil)
· Móveis e Utensílios	10%	7%
· Máquinas e Equipamentos	10%	7%
· Computadores	20%	20%

9. Ativo de contrato

	Consolidado			
	Saldos em 31/12/2023	Obras em andamento	Transferência do intangível	Saldos em 31/12/2024
Obras em andamento				
Sistema de abastecimento de água	-	10.439	3.368	13.807

Conforme estabelecido no CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras.

O saldo de obras em andamento do sistema de abastecimento de água, considera o investimento feito para aquisição de uma nova Estação de Tratamento de Água (“ETA”). A empresa contratada promoverá os serviços de instalação, montagem, controle de instalação do sistema, controle do equipamento após o transporte, ajustagem definitiva dos bens, partida e operação assistida, de forma a entregar os bens em perfeitas condições de operar de forma segura e confiável no local de operação.

A ETA já está em fase de conclusão, e a SPE irá montar a base para instalação para que o ativo seja transportado até o local da operação. Toda obra estará concluída até julho de 2025.

Em 2024, houve reclassificação de R\$ 3.368 de valores que estavam apropriados ao Intangível, após trabalho para melhor segregação do estágio dos investimentos realizados nas concessões.

10. Intangível

	Saldos em 31/12/2023	Adição	Transferência para ativo de contrato	Saldos em 31/12/2024
Custo				
Sistema de abastecimento de água	4.205	115	(3.368)	953
Amortização				
Sistema de abastecimento de água	(179)	(265)	-	(444)
	4.026	(150)	(3.368)	510
	4.026			510

No decorrer de 2024 a Companhia investiu recursos em melhorias na ampliação de rede e readequação das instalações adquiridas do poder concedente.

Inventário Físico para fins de reorganização e avaliação patrimonial

Em abril de 2024, foi finalizado o inventário físico da Companhia que teve como data base dos trabalhos 31 de dezembro de 2023.

O objetivo do inventário foi a avaliação dos bens, das redes de distribuição de água e coleta de esgoto, das ligações prediais e dos hidrômetros.

Diante disso, a partir de janeiro de 2024 as taxas de amortização passaram a ser baseadas na vida útil dos ativos, não ocasionando, entretanto, efeitos relevantes nos resultados da Companhia.

Intangível	Taxas até 2023 (Base RFB)	Taxas a partir de 2024 (Vida Útil)
· Instalações	10%	7%
· Equipamentos eletromecânicos	10%	20%
· Redes	4%	3%
· Hidrômetros	10%	14%
· Computadores e periféricos	20%	20%
· Obras sistema de água e esgoto	4%	3%

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais)

11. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores		
Serviços	1.439	463
Materiais	531	171
	<u>1.970</u>	<u>635</u>

A Companhia mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização de prestação de serviços de tratamento de água e esgotamento sanitário, com prazo médio de pagamento em cerca de 30 dias.

12. Salários e encargos sociais

	2024	2023
Provisão de férias	379	186
Encargos a recolher	116	146
Salários a pagar	95	305
	<u>590</u>	<u>636</u>

13. Tributos a Pagar

	2024	2023
Correntes		
Parcelamento Tributos Federais	1.409	1.688
Retenções de terceiros	28	9
Pis a recolher	5	5
Cofins a recolher	22	21
IRPJ a recolher	171	170
CSLL a recolher	64	61
	<u>1.699</u>	<u>1.954</u>
Diferidos		
Pis/Cofins diferidos	69	58
IR/CSLL diferidos	436	127
	<u>505</u>	<u>185</u>
	<u>2.204</u>	<u>2.139</u>
Passivo circulante	1.263	778
Passivo não circulante	941	1.361

O regime de tributação de lucro da SPE é presumido pelo regime de caixa e, assim, pagam pelo recebido. Contudo, no resultado são apurados os impostos considerando o regime de competência e a diferença entre o apurado (competência) e o efetivamente pago (caixa), é alocado ao passivo diferido

O Passivo não circulante é referente aos vencimentos de longo prazo dos parcelamentos junto a Secretaria da Receita Federal. O montante devido desses tributos foi parcelado em 60 prestações mensais, sendo o principal corrigido pela variação da taxa Selic, acrescido de multa de 20% e seu prazo irá até outubro de 2026, conforme demonstrativo.

Modalidade de parcelamento/Tributos	Total de parcelas a vencer	Saldo em 31/12/2024
Simplificado		
Débitos tributários	171	983
Secretaria da receita federal		
Cofins	52	66
IRPJ	52	153
CSLL	52	59
Previdenciário		
INSS	56	148
Saldo parcelamento		<u>1.409</u>
Passivo circulante		665
Passivo não circulante		744

14. Outros Passivos

	2024	2023
Repasse Lixo - Prefeitura Guabiruba	1.596	1.360
Outros	-	54
	<u>1.596</u>	<u>1.414</u>

A Companhia atua como agente responsável pelo faturamento e arrecadação da taxa de lixo do Município de Guabiruba, não sendo a Companhia responsável pelo serviço e pela concessão de tal atividade, que concerne ao Município.

Esse faturamento, não faz parte da receita e nem da arrecadação da Companhia.

O Contas a Pagar registrado, corresponde a parcela ainda não recebida do serviço e consequentemente ainda não repassada a Prefeitura.

15. Provisão para contingências

	2024	2023
Contingências		
Cíveis	8	101

O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza tributária, civil, trabalhistas e ambiental, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais a Companhia é ré e para as quais a classificação de perda é mais provável, ou seja, acima de 50% de probabilidade de ocorrência.

Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em algumas ações judiciais referentes as questões cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pelos advogados como possíveis de perda e não estão registradas contabilmente. O montante histórico atribuído a esses processos, representa aproximadamente R\$ 85 em 31 de dezembro de 2024 (2023 -R\$10).

16. Partes relacionadas

A Companhia realiza operações com partes relacionadas, que são conduzidas a valores, prazos e condições compatíveis com as práticas de mercado, observando os princípios de relevância e transparência. As principais transações estão relacionadas a prestação de serviços administrativos, operacionais e financeiros e compartilhamento de estruturas e sistemas, das empresas que integram o Grupo Econômico Norte Saneamento. (nota 19).

As transações com partes relacionadas são registradas e documentadas conforme as políticas internas e seguem as normas da CVM e os pronunciamentos contábeis vigentes.

A Companhia não possui acordos relevantes com partes relacionadas que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras.

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Empresa obtém serviços de pessoal-chave da administração diretamente de suas Controladoras e não há valores incorridos pela Companhia por esses serviços.

17. Patrimônio líquido

a) Capital

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.800 (2023 - 100), e está representado por 1.800.000 ações ordinárias ("ON") detidas 100% pela Sul Concessões Participações.

O aumento de capital no exercício correspondeu a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC").

	Quantidade de ações	% de ações
	Sul Concessões	Sul Concessões
Ações ordinárias ("ON")	1.800.000	100%

b) Reserva Legal

A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurada em 31 de dezembro de 2024 nos termos do artigo 193 da Lei 6404/76, até o limite de 20% do Capital Social.

c) Reserva de Lucros

A Reserva de Lucros é composta pelos lucros acumulados auferidos pela companhia, nos termos do artigo 182 da Lei 6404/76.

d) Adiantamento para futuro aumento de capital

No ano de 2024, a Companhia constituiu "AFACs" no montante de R\$ 7.350. (2023- R\$ 1.900). Os valores aportados pela Controladora Sul Concessões, foram destinados a investimento na construção ou melhoria da infraestrutura, conforme cronograma de investimentos da concessão, e serão capitalizados até o primeiro semestre de 2025.

18. Receita líquida de serviços

	2024	2023
Serviços de abastecimento de água	9.154	7.976
Receita a faturar	(78)	46
Deduções	(381)	(288)
	<u>8.695</u>	<u>7.734</u>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os investimentos de ampliação de rede e infraestrutura, possibilitou aos usuários maior disponibilidade de abastecimento, cobertura e aumento do número de ligações, impulsionando o faturamento da Companhia.

19. Custo dos serviços prestados

	2024	2023
Pessoal	(1.421)	(1.464)
Depreciação/amortização	(578)	(376)
Serviços	(540)	(1.042)
Materiais	(540)	(437)
Energia	(386)	(338)
Outros	(31)	(121)
	<u>(3.496)</u>	<u>(3.777)</u>

20. Gerais e administrativas

	2024	2023
Serviços	(1.059)	(969)
Pessoal	(186)	(125)
Gerais e administrativas	(127)	(711)
	<u>(1.372)</u>	<u>(1.805)</u>

21. Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receita Financeira		
Rendimento de aplicação financeira	92	22
	<u>92</u>	<u>22</u>
Despesa Financeira		
Juros de arrendamento mercantil	(44)	(28)
Despesas e comissões bancárias	(268)	(220)
Encargos sobre parcelamentos	(579)	(312)
	<u>(891)</u>	<u>(560)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(799)</u>	<u>(482)</u>

22. Imposto de renda e Contribuição social

	2024	2023
Corrente		
IRPJ	(380)	(572)
CSSL	(143)	(216)
	(523)	(788)
Diferido		
IRPJ	(473)	18
CSSL	(164)	(11)
	(637)	7
	(1.160)	(781)

O imposto de renda e contribuição social são apurados nas SPEs com base no lucro presumido regime caixa.

23. Gerenciamento de riscos financeiros

23.1 Gestão de Risco Financeiro

A Companhia está exposta a riscos financeiros, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações.

a) Risco de negócio

O negócio da Companhia refere-se basicamente ao objeto social de captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários no município com o qual possui contrato de concessão. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões no local em que opera, sendo que o respectivo contrato de concessão possui prazo de validade definido de 30 anos. Em algumas situações, o poder concedente poderá, em caso de descumprimento relevante, rescindir o contrato de concessão antes do seu término, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. Os recursos hídricos disponíveis e sistemas eficientes reduzem o risco de desabastecimento e o processo de reajuste e revisão da tarifa é definido em contrato.

b) Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, que acarretaria prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, depósitos em bancos e outros instrumentos financeiros, minimizados pela não existência de concentração relevante da sua carteira de clientes e da manutenção dos depósitos bancários em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos investimentos e dos instrumentos financeiros, representam a exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis, conforme descrito abaixo:

	2024	2023
Caixa e equivalente de caixa	72	25
Aplicações Financeiras	108	2
Contas a Receber	2.860	2.505
	<u>3.040</u>	<u>2.532</u>

c) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações da taxa de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a financiamentos e debêntures.

A exposição ao risco de taxa de juros está, primordialmente, vinculada a obrigações de longo prazo passíveis de variações nas taxas de juros e nos índices de atualização monetária.

Simulações de diversos cenários, tais como refinanciamentos, liquidações antecipadas, renovações de posições existentes, trocas de dívidas e financiamentos são utilizadas para definir novas contratações ou renegociar as já existentes.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	2024	2023
Ativos Financeiros		
Caixas e equivalentes de caixa	72	25
Aplicações Financeiras	108	2
	<u>179</u>	<u>27</u>

d) Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, consequentemente, as despesas financeiras. A Companhia não possui instrumento financeiro com risco cambial.

e) Risco de liquidez

O Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos para assegurar a disponibilidade de caixa para atender às suas despesas de capital e operacionais, sem causar perdas relevantes ou prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

	2024	2023
Fornecedores a pagar	1.970	635

23.2 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía ativos ou passivos financeiros apresentados pelos seus valores justos por meio do resultado, dessa forma são apresentados os ativos e passivos mensurados ao custo amortizado.

A informação do valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas informações financeiras encontra-se a seguir:

	2024	2023
Ativos Financeiros		
Caixas e equivalentes de caixa	72	25
Aplicações Financeiras	108	2
Contas a receber	2.860	2.505
	<u>3.040</u>	<u>2.532</u>
Passivos Financeiros		
Fornecedores a pagar	1.970	635

24. Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros e coberturas estabelecidas pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente à prestação de serviços, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, riscos operacionais e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos abaixo:

Tipo de cobertura	2024	
	Valor segurado	Seguradora
Responsabilidade civil	5.000	AIG Seguradora Brasil S.A
Garantias	4.480	AUPOL Bank
Patrimonial	1.796	Axa Empresa Flex

* * * * *